

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ

1. OBJETO DA AVALIAÇÃO:

Refere-se à avaliação de um imóvel para fins de locação, situado na cidade de Icapuí- Ce, terreno próprio, construído em alvenaria, com cobertura em telha cerâmica, situado na Rua Floriano Monteiro, 1535, Centro - Icapuí-CE, medindo 10,00 m (dez metros) de largura e 18,00 m (dezoito metros) comprimento, perfazendo uma área total construída de 180,00 m² (cento e oitenta metros quadrados).

2. LOCALIZAÇÃO:

O imóvel está localizado na Rua Floriano Monteiro, 1535, Centro - Icapuí-CE.

3. PROPRIETÁRIO:

Sr. Cristóvão Rodrigues de Oliveira, portador do CPF nº 203.251.773-68. Residente e domiciliado na Rua Floriano Monteiro, 1538, Centro - Icapuí-CE.

INTERSSADO:

Secretaria de Assistência Social, para o funcionamento do SAS.

4. AVALIADORES:

-Anderson da Silva Pereira;
-Úrsula Cristina Batista Maia;
-José Maurílio Rebouças Filho.

5. OBJETIVO DO TRABALHO:

Estimativa de mercado para fins de locação.

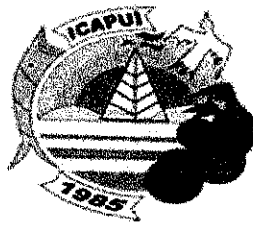
6. NÍVEL DE RIGOR:

Normal, de acordo com a NB-14.653-2.

7. SISTEMÁTICA DE TRABALHO:

Durante o trabalho, adotaram-se os seguintes procedimentos:

- a) Em vistoria a região nota-se uma tendência de uso misto (residencial e comercial), rua dotada de asfalto, água, iluminação pública, linha telefônica (fixa e móvel). O imóvel encontra-se em bom estado de conservação de uso.
- b) Na pesquisa de mercado foram encontrados diversos preços. Para prédios: método comparativo de dados de mercado, utilizando-se de pesquisa de preços de imóveis localizados em áreas próximas ao imóvel em questão ou quando da obtenção de dados suficientes, utilizando de metodologia científica (estatística inferencial).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ

8. REGIÃO:

Trata-se de zona urbana do município de Icapuí-Ce, com infraestrutura de energia elétrica e telefone, rua pavimentada com asfalto, abastecimento de água.

9. CONCLUSÃO:

Valor observado na presente avaliação para imóvel avaliando na Rua Floriano Monteiro, 1535, Centro - Icapuí-CE, consoante as normas brasileiras de avaliação vigentes, em 18 de janeiro de 2017, considerando o valor de locação, em números redondos é de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Não tendo mais a acrescentar, encerramos nosso trabalho de avaliação para apreciação de Vossa Senhoria, prontificando-nos a prestar quaisquer esclarecimentos ou duvidas adicional que possam surgir. O Laudo Técnico apresentado esta confeccionado em uma só face com 02 (duas) folhas, rubricadas e esta última, datada e assinada pelos avaliadores.

Icapuí-Ce, 18 de janeiro de 2017.

Anderson da Silva Pereira

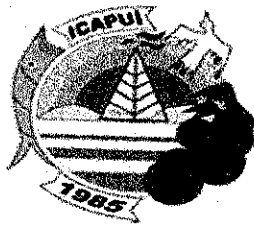
ANDERSON DA SILVA PEREIRA
Engenheiro Civil
Crea/CE - RNP 0615101313

Ursula Cristina Batista Maia

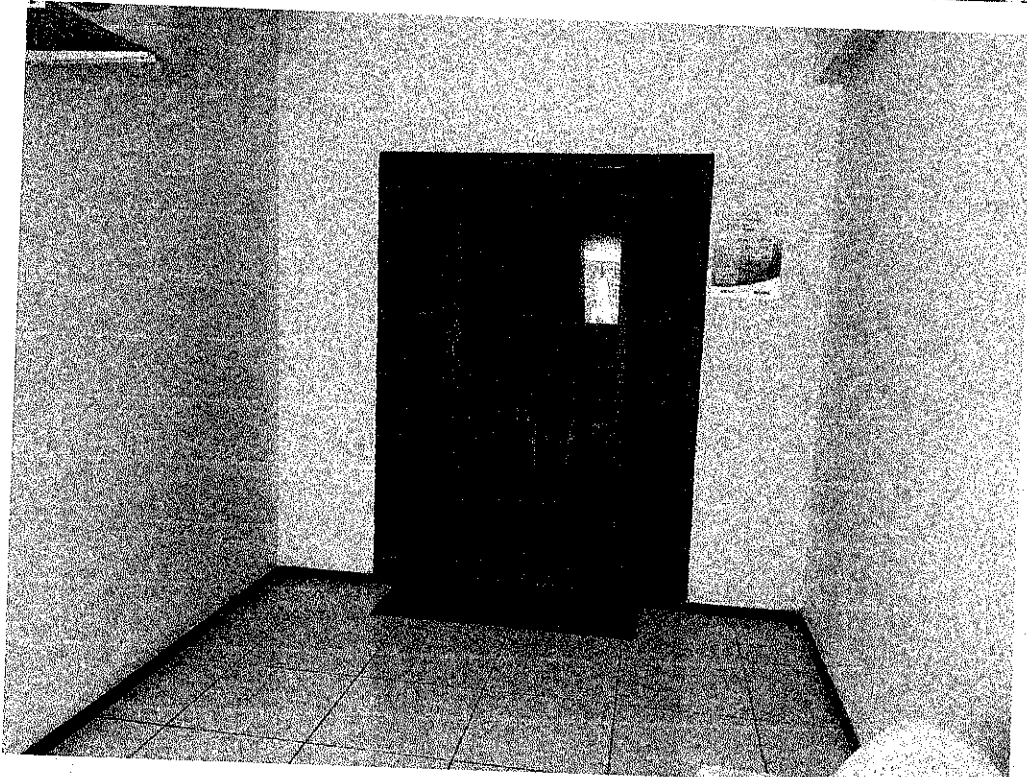
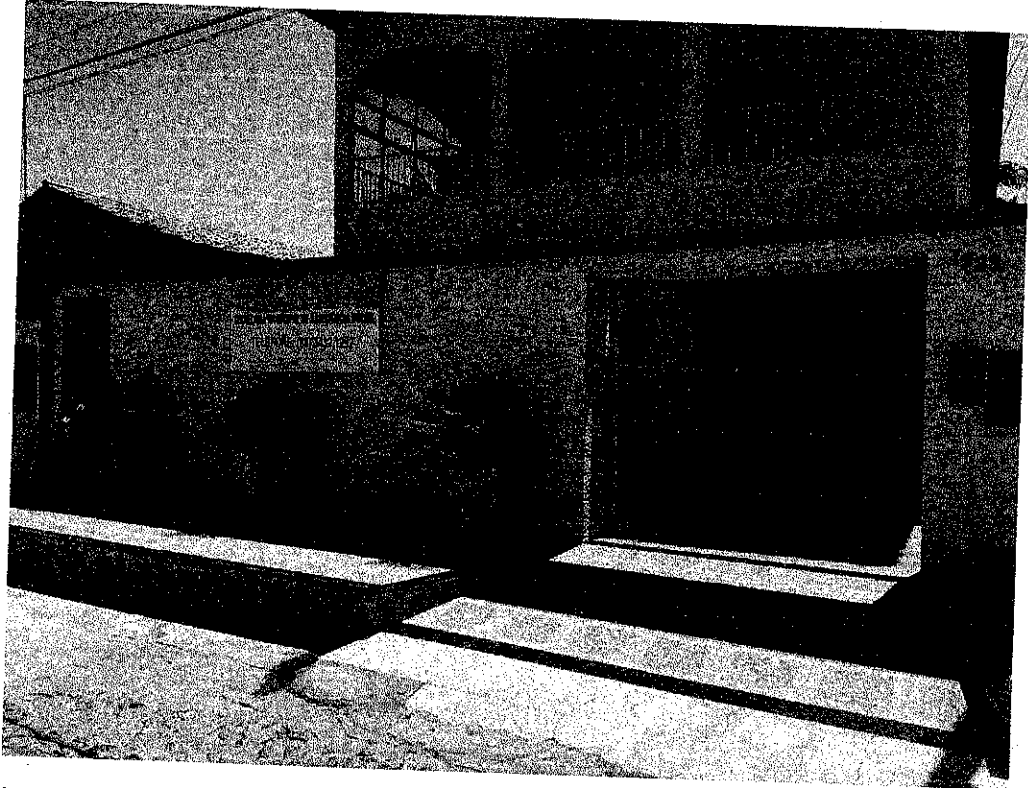
URSULA CRISTINA BATISTA MAIA
Diretora de Departamento de Controle Urbanístico

José Maurílio Rebouças Filho
JOSÉ MAURÍLIO REBOUÇAS FILHO
Fiscal de Tributos Municipais

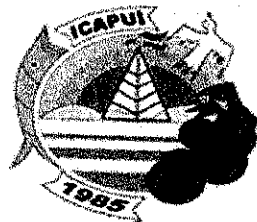
[Handwritten signature]



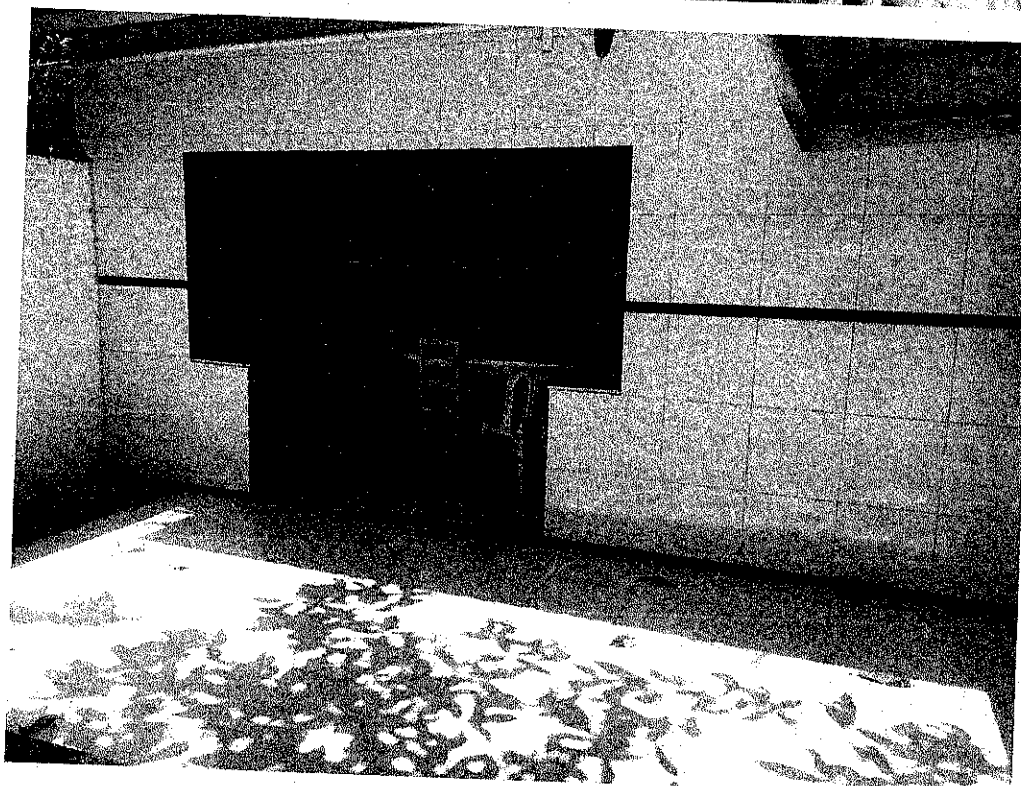
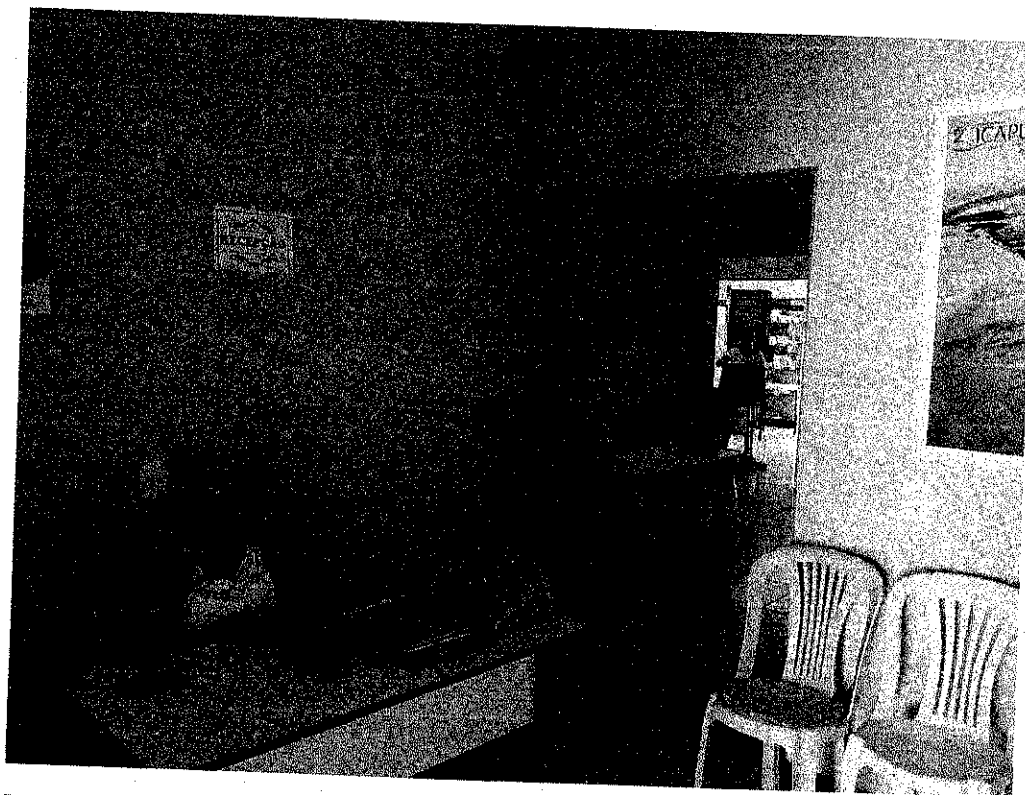
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



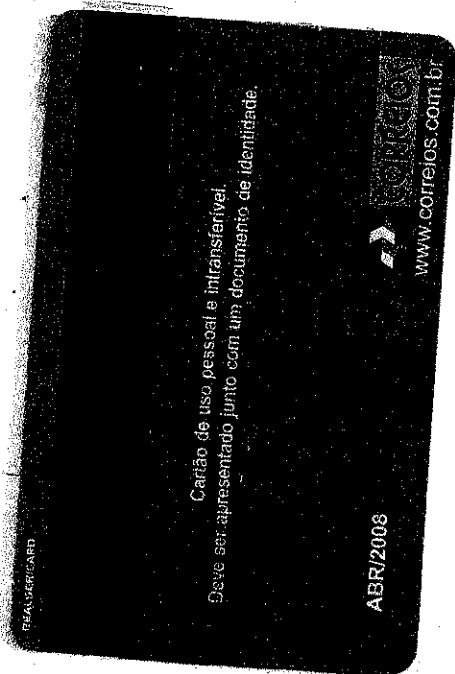
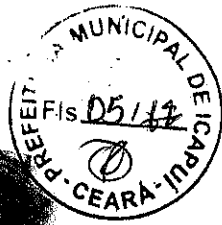
Praça Adauto Róseo, nº 1229 - Icapuí/CE - CEP 62.810-000
Telefax (0 XX 88) 3432-1340 - CNPJ 10.393.593/0001-57
www.icapui.ce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



Praça Adauto Róseo, nº 1229 - Icapuí/CE - CEP 62.810-000
Telefax (0 XX 88) 3432-1340 - CNPJ 10.393.593/0001-57
www.icapui.ce.gov.br





Nº DO CLIENTE
572264-8
 Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002
Companhia Energética do Ceará Coelce agora é **enel**
 Rua Padre Valtelino, 150
 CEP 60135-040 | Fortaleza CE
 CNPJ 07047251/0001-70 | CGF 09.105.848-3

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 460139822
 Rota 01 24020 02 044000 - 2 Data de Emissão 05/01/2017
 Nome RODRIGO SILVA DE OLIVEIRA
 End. Postal RU FLORIANO MONTEIRO 01538 CS A
 CENTRO - ICAPUI - 62810000
 Medidor 1730312
 Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO Poste 0000 0000
 RG / CPF / CNPJ 986912953-68 Fator de Potência 0,00
 Nome do Responsável CGF

PERÍODO DE FORNECIMENTO
 Veja a legenda no verso desta conta.
 Condição ICAPUI
 Mês Nov/2016
 EUSD 37,22

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto	Padrão de Consumo P			Apuração Individual		
			Mensal	Trím.	Anual	Mensal	Trím.	Anual
173,02	18%	30,13	6,08	12,06	24,12	0,00	0,00	0,00
			3,42	6,85	13,70	0,00	0,00	0,00
			3,54			0,00	0,00	0,00

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
17389	17243	1,00	146	0,00	146	0,71383	104,21

VALOR CONSUMO DO MES 104,21
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL 5,21
VALOR (R\$) 109,42

VENCIMENTO 109,42

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO		TOTAL A PAGAR (R\$)	
Energet.	104,21	151	109,42
Iluminação	5,21	146	
Outros	0,00	187	
TOTAL	109,42	166	

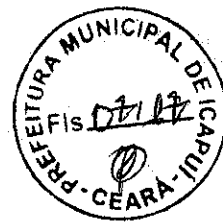
Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.
 Emitido kg (CO₂) 63,10
 Compensado kg (CO₂) 0,00
 Consciência Ecológica (%CO₂) 0

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

ENEL AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



REQUISIÇÃO

Da: Secretaria de Ação Social

A: Comissão Permanente de Licitações

Objeto: Locação de Imóvel para funcionamento da Secretaria de Ação Social.

Pelo presente comunico a necessidade da Secretaria de Ação Social **LOCAÇÃO DE IMÓVEL** para imediata instalação da Secretaria de Ação Social. Tendo em vista que nossa Secretaria não dispõe de espaço físico adequado e condições financeira para a construção de imóvel, vimos através deste solicitar a abertura de processo licitatório para a locação de um imóvel. Tal solicitação justifica-se no melhor atendimento a população do Município de Icapuí - CE

Um imóvel de propriedade do Sr. Cristovão Rodrigues de Oliveira com área de 180,00m², sito à Rua Floriano Monteiro, N° 1535, Centro, Icapuí-CE.


De acordo com o artigo 24, *inciso X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei n° 8.883, de 8.6.94), assim sendo solicitamos que seja procedido o processo de Dispensa de Licitação, conforme preceitua o artigo supracitado.*

JUSTIFICATIVA - Considerando vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e que oferece certo nível de conforto e segurança, levamos a escolher este local como o mais apropriado para o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Ação Social.

Informamos o valor do imóvel e locador:

Um imóvel de propriedade do Sr. Cristovão Rodrigues de Oliveira, portador do CPF n° 203.251.773-68, RG N° 94002133391 SSP/CE, com área de 180,00m², sito à Rua Floriano Monteiro, N° 1535, Centro, em Icapuí, Estado do Ceará, valor mensal R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Icapuí-CE, 25 de janeiro de 2017.


Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva
Secretária de Ação Social



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



REQUISIÇÃO

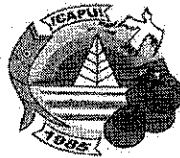
Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva, Secretária de Ação Social da Prefeitura Municipal de Icapuí, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais,

REQUISITA, desta Assessoria Jurídica parecer acerca da **Locação de Imóvel para funcionamento da Secretaria de Ação Social.**

De acordo com o Laudo de Avaliação o preço para locação do imóvel será de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, por um período de 12 (doze) meses, perfazendo um total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Icapuí-CE, 25 de janeiro de 2017.


Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva
Secretária de Ação Social



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



PARECER

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 2017.02.01.03

Por força do disposto no art. 38, VI da lei n.º 8.666/93, foi remetido a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, o procedimento licitatório, modalidade dispensa de licitação n.º 2017.02.01.03, instruído com os seguintes documentos:

1. Requisição da Contratação, com a justificativa de escolha do imóvel;
2. Laudo de Avaliação quanto ao preço a ser pago;
3. Justificativa de Dispensa de Licitação, contendo: Caracterização da Situação e Objeto do Contrato; Razão de Escolha; Preço e sua Justificativa; Justificativa da Contratação; Fundamento Legal; e, Dotação Orçamentária.

É a síntese do necessário. Passa-se a opinar.

Em princípio, verifica-se que os textos e documentos em análise guardam conformidade com as principais exigências legais preconizadas pela Lei Nº. 8.666/93.

Noutro giro, verifica-se que o presente procedimento encontra esteio no 24, X da 8.666/1993, o qual dispõe que é dispensável a licitação "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia". Ainda, deve-se observar o estabelecido no art. 26 da lei 8.666/1993.

Diante do exposto, do ponto de vista estritamente jurídico, opinamos que se proceda a RATIFICAÇÃO pela Sra. Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva, Secretária de Ação Social, e dada a devida PUBLICAÇÃO posterior do extrato devido, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

É o parecer.

S. M. J.

Icapuí-CE, 25 de janeiro de 2017.

Fábio Henriques da Silva Bezerra
Assessoria Jurídica

OAB-CE 32.254



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



Da: Secretaria de Ação Social

Para: Departamento de Contabilidade

Assunto: Solicitação de verificação de dotação orçamentária

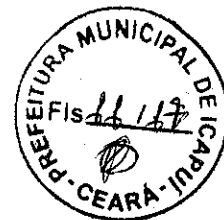
Solicito verificação de dotação orçamentária suficiente no orçamento vigente, para atender ao **PEDIDO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL** para instalação imediata do Secretaria de Ação Social, visando atender a necessidade dos munícipes de Icapuí-CE.

Icapuí-CE, 25 de janeiro de 2017.

Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva
Secretária de Ação Social



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



Do: Departamento de Contabilidade

Para: Ilma. Sra. Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva, Secretária de Ação Social.

Assunto: Apresento dotação orçamentária para **LOCAÇÃO DE IMÓVEL** para instalação imediata da Secretaria de Ação Social, para atender a necessidade dos munícipes de Icapuí - CE.


09 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

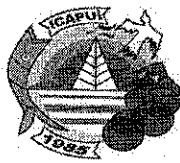
04 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

08.122.0100.2.064 -GERENCAIMENTO ADMNISTRATIVO EM ASSITÊNCIA SOCIAL

3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Icapuí-CE, 25 de janeiro de 2017.


Janice da Silva Pereira
Assessoria Contábil



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretária de Ação Social da Prefeitura Municipal de Icapuí - CE, no uso de suas atribuições legais, e na conformidade do Art. 38 da Lei n.º 8.666/93 de 21.06.93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 de 08.06.94 e atualizada pela Lei n.º 9.648/98 de 27/05/98.

AUTORIZA:

A abertura do Processo Administrativo para DISPENSA DE LICITAÇÃO, conforme Art. 24, Letra X da Lei 8.666/93 de 21.06.1993, para o OBJETO a seguir especificado conforme os dados adiante com o objetivo de instruir processo.

01. OBJETO: Locação de um imóvel destinado ao funcionamento da Secretária de Ação Social, do município de Icapuí - Ceará.

02. UNIDADE: Secretaria de Ação Social.

03. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.01.08.122.0100.2.064.3.3.90.36.00

04. FONTE DE RECURSOS: Fundo Nacional de Assistência Social

JUSTIFICATIVA: O procedimento faz-se necessário ainda, em virtude de o município não dispor de imóvel próprio para tal finalidade e ainda em virtude das características, localização, dimensões e destinação do imóvel, impossibilitando desta forma que o interesse público seja satisfeito através de outros imóveis que não os escolhidos.

Icapuí-CE, 25 de janeiro de 2017.

Rhaysa Thayza Medeiros da Silva
Secretária de Ação Social



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



PODER EXECUTIVO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA N. ° 2017.02.01.03

OBJETO: Locação de um imóvel destinado ao funcionamento da Secretaria de Ação Social.

AUTUAÇÃO

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro de 2017, na sala da Comissão Permanente de Licitações, cumprindo o disposto na legislação pertinente. Autuo o despacho decisório de instauração de Processo Administrativo de Dispensa de Licitação e demais documentos que seguem, consideradas peças pré-existentes e essenciais ao procedimento administrativo, que se inicia. E, para constar, lavrei este termo. Eu, Edinaldo de Oliveira Pereira, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Icapuí-CE, 26 de janeiro de 2017.

Edinaldo de Oliveira Pereira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL
DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SECRETÁRIA DE AÇÃO SOCIAL.

Processo N.º 2017.02.01.03

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Icapuí, por determinação da Sra. Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva, Secretária de Ação Social, no uso de suas atribuições legais, vem abrir o presente processo de DISPENSA de Licitação, fundamentado no Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 9.648/98, para a locação de um imóvel pertencente ao Sr. Cristovão Rodrigues de Oliveira, localizado na Rua Floriano Monteiro, Nº 1535, Centro, Icapuí-Ce, onde funcionará a Secretaria de Ação Social.



JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação e objeto do contrato: O Município de Icapuí necessita locar o seguinte imóvel:

Um imóvel de propriedade do Sr. Cristovão Rodrigues de Oliveira com área de 180,00m², sito à Rua Floriano Monteiro, Nº 1535, Centro, Icapuí-Ce.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel de propriedade do Sr. Cristovão Rodrigues de Oliveira em razão de ser considerado vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e que oferece certo nível de conforto e segurança, leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para o desenvolvimento das atividades do funcionamento da Secretária de Ação Social, conforme justificativas da Responsável Sra. Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva, Secretária de Ação Social, conforme Requisição de 25/01/2017, em anexo ao processo e apresentar valores compatíveis com os praticados no mercado, conforme laudo em anexo ao processo.

Do preço e sua justificativa: Os preços a serem pagos pelo objeto da presente dispensa são da ordem total de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) conforme Requisição Sra. Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva, sendo o valor mensal, estabelecido pelo Laudo de Avaliação de Imóveis, conforme abaixo discriminado:

- Um imóvel de propriedade do Sr. Cristovão Rodrigues de Oliveira, portador do CPF nº 203.251.773-68, RG Nº 94002133391 SSP/CE, com área de 180,00m², sito à Rua Floriano Monteiro, Nº 1535, Centro, Icapuí, Estado do Ceará, valor mensal R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), valor total no período de 01/02/2017 a 28/02/2018 de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Sendo que após consulta, constatou-se que referido valor está dentro dos parâmetros praticados pelo mercado, conforme laudo de avaliação emitido pela comissão de avaliadores da Prefeitura Municipal de Icapuí, anexos ao processo. Comissão de avaliadores: Anderson da Silva Pereira – Engenheiro Civil; Úrsula Cristina Batista Maia – Membro e José Maurilio Rebouças Filho – Membro.

Justificativa - Considerando vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e que oferece certo nível de conforto e segurança, possuindo dimensão necessária exata para seu funcionamento, sem necessidades de novos investimentos. Por outro lado, o preço é compatível com o preço de mercado conforme se faz prova a avaliação que faz parte integrante deste Processo, leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Ação Social, conforme justificativas da Sra. Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva.

Do fundamento Legal: Ao caso em comento, aplica-se a hipótese preconizada no art. 24, Inciso X, c/c art. 26 da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

É dispensável a licitação:

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

Quanto à necessidade do enquadramento legal, vinculando-se o fundamento legal do Art. 24, inciso X, do "Códex Licitatório", vejamos o que disciplina o Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes em seu festejado livro *Contratação Direta Sem Licitação*:

Para que a situação possa implicar na dispensa de licitação deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação disponível previstas expressamente na Lei, *numerus clausus*, no jargão jurídico, querendo significar que são apenas aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação". (JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. *Contratação direta sem licitação*. Brasília: Brasília Jurídica, 1995.p.156).

Marçal Justem Filho leciona que

A ausência de licitação deriva da impossibilidade de o interesse público ser satisfeito através de outro imóvel, que não aquele selecionado. As características do imóvel (tais como localização, dimensão, edificação, destinação etc.) são relevantes, de modo que a administração não tem outra escolha. Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível a competição entre particulares". (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 8ed. São Paulo: Dialética, 2000.p.252).

Dotação orçamentária: Para acorrer às despesas decorrentes da referida locação, serão utilizados recursos próprios previstos na dotação orçamentária abaixo especificada:

09 – Secretaria de Ação Social

04 – Secretaria de Ação Social

09.04.08.122.0100.2.064 – Gerenciamento Administrativo em Assistência Social.

3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Icapuí-CE, 26 de janeiro de 2017.


Edinaldo de Oliveira Pereira
Presidente


Leidizu Braga da Costa Tertuliano
Membro


Raimundo Maurício Braga
Membro



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Icapuí, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta do presente Processo Administrativo de Dispensa nº. 2017.02.01.03, vem emitir a presente declaração de DISPENSA de licitação, com fulcro no inciso X do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, alterada e consolidada, bem como a Lei Federal nº. 8.245/91 (Lei do Inquilinato), para a locação direta do imóvel localizado na Rua Floriano Monteiro, Nº 1535, Centro, de propriedade do Sr. Cristovão Rodrigues de Oliveira com valor mensal de R\$: 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), por um período de 12 (doze) meses, perfazendo um total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), nos termos das cláusulas e condições do Contrato de Locação, a ser pactuado pelas partes.

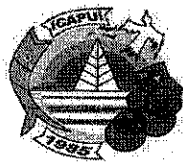
Desta forma, nos termos do art. 24, X, c/c art. 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, vem comunicar a Ilma. Sra. Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva, da presente declaração, para que se proceda à análise dos procedimentos adotados e a devida ratificação e publicidade da Dispensa de Licitação.

Icapuí-CE, 26 de janeiro de 2017.


Edinaldo de Oliveira Pereira
Presidente


Leidizu Braga da Costa Tertuliano
Membro


Raimundo Maurício Braga
Membro



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Secretária de Ação Social do Município de Icapuí, a Sra. Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva, VEM no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações, e considerando o que consta do presente processo administrativo de dispensa de licitação, RATIFICAR a declaração de DISPENSA de licitação para a locação do imóvel de propriedade do Sr. Cristovão Rodrigues de Oliveira, destinado ao funcionamento da Secretaria de Ação Social, determinando que se proceda a publicação legal do extrato de DISPENSA devido.

Icapuí-CE, 01 de fevereiro de 2017.

Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva
Secretária de Ação Social



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento da ratificação procedida pela Sra. Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva, Secretária de Ação Social, faz publicar o extrato do processo de dispensa de licitação a seguir: **PROCESSO Nº. 2017.02.01.03. OBJETO:** Locação de um imóvel onde funcionará a Secretaria de Ação Social. **FAVORECIDO:** Ao Sr. Cristovão Rodrigues de Oliveira, **VALOR:** R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, por um período de 12 (doze) meses, perfazendo um total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) **FUNDAMENTO LEGAL:** inciso X do Art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e suas demais alterações. **DECLARAÇÃO DE DISPENSA** emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação. Ratificado pela Sra. Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva.

Icapuí-CE, 01 de fevereiro de 2017.

Edinaldo de Oliveira Pereira
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

PROCESSO DE DISPENSA Nº 2017.02.01.03

CONTRATO Nº 026/2017

CONTRATO DE LOCAÇÃO que fazem de um lado o Sr. **Cristovão Rodrigues de Oliveira**, inscrito no CPF 203.251.772-68, com endereço na Rua Floriano Monteiro, Nº 1538, Centro – Icapuí/CE, brasileiro, e do outro o Município de Icapuí, instituição de direito público interno, com endereço na Praça Adauto Róseo, 1229 - Centro - Icapuí - Ceará, inscrito no CNPJ sob o Nº. 10.393.593/0001-57, através da Secretaria de Ação Social, neste ato representado pela Secretária, Sra. Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva.

O primeiro nomeado aqui designado “**LOCADORA**”, sendo proprietário do imóvel na Rua Floriano Monteiro, Nº 1538, Centro, loca-se ao segundo, aqui designado “**LOCATÁRIO**”, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações, pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral Dos Contratos e disposições do Direito Privado, em especial a Lei Federal n.º 8.245/91.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel localizado na Rua Floriano Monteiro, Nº 1535, Centro, onde funcionará a Secretaria de Ação Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 - O aluguel terá um valor mensal de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

3.2 - O presente instrumento não sofrerá reajuste dentro do prazo estipulado para sua vigência

3.3 - Somente será devido o reajuste após 12 (doze) meses do início do presente contrato, sendo adotado para fins de correção o IGPM, ou outro que legalmente venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 - O presente contrato entrará em vigor a partir da sua data de sua assinatura, e terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado através de repasse mensal ao contratado, até o quinto dia útil do mês subsequente, mediante apresentação dos recibos à tesouraria.



CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas deste contrato correrão por conta da Secretaria de Ação Social, na dotação orçamentária sob o Nº. 09.01.04.122.0100.2.064.3.3.90.36.00.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 - Obrigam-se o LOCADOR e o LOCATÁRIO a cumprirem fielmente o determinado no Contrato, obrigando-se ainda:

7.1.1 - O LOCATÁRIO:

- a) Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- b) Obriga-se o locatário, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se por todas as outras, devendo trazer o imóvel locado em boas condições de higiene e limpeza, com os aparelhos sanitários e de iluminação, pintura, telhados, vidraças, mármore, torneiras, pias, banheiros, ralos e demais acessórios em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assim, restituí-los quando findo ou rescindido este contrato, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias ainda que necessárias, as quais ficarão desde logo incorporados ao imóvel;
- c) Não sublocar ou emprestar o imóvel, no todo ou em parte, sem o consentimento prévio do locador;
- d) Permitir, desde que não exercido o direito de preferência, que o locador aliene o imóvel locado a terceiros, com a consequente cessão de direitos decorrentes deste instrumento;
- e) Permitir ao LOCADOR que examine e vistorie o imóvel locado, sempre que este entender necessário, em horário comercial e mediante prévio aviso, a fim de certificar-se de sua correta utilização.

7.1.2 - LOCADOR:

- a) Entregar o imóvel locado em estado de servir ao uso a que se destina;
- b) Garantir durante toda a vigência do contrato o uso pacífico do imóvel locado;
- c) Dar recibo discriminando as importâncias pagas pelo locatário;
- d) Assegurar ao LOCATÁRIO, na forma da lei, o exercício do direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas a terceiro, no caso de alienação do imóvel;
- e) Obrigar-se, no caso de venda do imóvel locado a terceiros, a denunciar ao comprador a existência deste instrumento, obrigando-o ao seu cumprimento em todas as condições e cláusulas;

7.2 - O presente contrato obrigará as partes por si, seus herdeiros ou sucessores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS

8.1 - O LOCATÁRIO poderá fazer no imóvel locado, as suas expensas, as modificações necessárias ao exercício das atividades que pretende realizar, desde que estas não afetem sua estrutura, as quais farão parte integrante do imóvel, excetuadas apenas as benfeitorias que sejam removíveis, que poderão ser retiradas por ocasião da entrega do imóvel locado.



PARÁGRAFO ÚNICO - O LOCATÁRIO não terá, no que atina às benfeitorias, que passem a integrar o imóvel, direito a qualquer indenização ou retenção, salvo em relação às benfeitorias necessárias, que serão indenizáveis.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

9.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura Municipal de Icapuí poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao LOCADOR as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

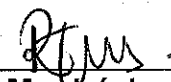
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

8.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato é o da Comarca de Icapuí - CEARÁ.


Assim ajustados e contratados, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que, após lido e achado conforme, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produzidos seus jurídicos e legais efeitos.

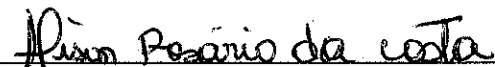
Icapuí, 01 de fevereiro de 2017.


Cristovão Rodrigues de Oliveira
LOCADOR

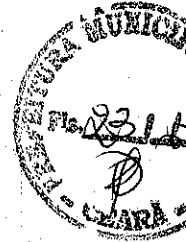

Município de Icapuí
LOCATÁRIO
Rhaysa Thayna Medeiros da Silva
Secretária de Ação Social

Testemunhas:

1ª 
CPF: 844.123.723-91

2ª 
CPF: 62.963.903-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 026/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2017.02.01.03

LOCATÁRIA: O Município de Icapuí, através da Secretaria de Ação Social, representada por sua Secretária a Sra. Rhaysa Thayna Medeiros da Silva.

LOCADOR: Cristovão Rodrigues de Oliveira.

BASE LEGAL: A legislação aplicável a este Contrato será o art. 24, inciso X da Lei 8.666/93, e suas alterações, tudo de conformidade com o Processo Dispensa de Licitação nº. 2016.02.01.03, que passa fazer parte integrante deste.

OBJETO: Locação de um imóvel na Rua Floriano Monteiro, Nº 1535, Centro, Icapuí/CE, destinado ao funcionamento da Secretaria de Ação Social.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

PRAZO: O presente contrato entrará em vigor a partir da sua data de sua assinatura, e terá validade de 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.04.08.122.0100.2.064.3.3.90.36.00.

DATA: 01 de fevereiro de 2017.

LOCATÁRIA
LOCADOR
BASE LEGAL
OBJETO
VALOR DO CONTRATO
PRAZO
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO

Certificamos que o extrato de contrato da Dispensa de Licitação n.º 2017.02.01.03 para a Locação de um imóvel na Rua Floriano Monteiro, Nº 1535, Centro, Icapuí/CE, destinado ao funcionamento da Secretaria de Ação Social, foi afixado no dia 01 de fevereiro de 2017 no flanelógrafo desta Prefeitura Municipal, conforme estabelece a legislação em vigor.

Icapuí – CE, 01 de fevereiro de 2017.

Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva
Secretária de Ação Social



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ

PORTARIA N°. 004/2017



Nomeia a Sra. Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva, para responder pelo cargo que indica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 77, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Icapuí,

RESOLVE:

Art. 1°. **NOMEAR** a Sra. Rhaysa Thaynna Medeiros da Silva, portadora do CPF n°. 032.640.713-80, para exercer o Cargo de Secretária de Ação Social, criada através da Lei n°. 436, de 17 de maio de 2005, da Estrutura Organizacional do Município de Icapuí.

Art. 2°. Fica a Secretária de Ação Social, responsável pelas funções já intrínsecas ao cargo, bem como pela ordenação de despesas da Secretaria de Ação Social.

Art. 3°. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das dotações próprias, consignadas no vigente orçamento do Poder Executivo Municipal.

Art. 4°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Sede do Governo Municipal de Icapuí(CE), aos 02 (dois) dias do mês de Janeiro de 2017.


Raimundo Lacerda Filho
Prefeito Municipal

David Ribeiro Filizola
Gerente Geral Un.
732998
02/01/17



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



PORTARIA N.º 016/2017

Nomeia a Comissão Permanente de Licitação do Município de Icapuí.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 77, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Icapuí,

RESOLVE:

Art. 1.º. NOMEAR a Comissão Permanente de Licitação do Município de Icapuí, composta pelos seguintes membros:

Presidente: o Sr. **EDINARDO DE OLIVEIRA PEREIRA**, portador do CPF n.º 464.143.803-00;

1º Membro: o Sr. **RAIMUNDO MAURÍCIO BRAGA**, portador do CPF n.º 770.161.813-91;


2º Membro: a Sra. **LEIDIZU BRAGA DA COSTA TERTULIANO**, portadora do CPF n.º 895.086.613-72.

Art. 2.º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das dotações próprias, consignadas no vigente orçamento do Poder Executivo Municipal.

Art. 3.º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Sede do Governo Municipal de Icapuí(CE), aos 02 (dois) dias do mês de Janeiro de 2017.


Raimundo Lacerda Filho
Prefeito Municipal